

Arqueologia Pública e Educação Patrimonial na Defesa do Tráfico de Objetos Arqueológicos

Jéssica Santos Machado

Dado o crescente interesse no patrimônio arqueológico e paleontológico brasileiro, por meio de uma discussão ampliada com a sociedade, promovendo intervenções de forma educativa, busca-se promover a importância da preservação dos sítios e objetos arqueológicos que vierem a ser depredados e devassados de alguma forma pela população. Indo além do campo preservacional, a salvaguarda dos vestígios arqueológicos em nosso território é sobretudo uma maneira de perpetuação da identidade dos povos, capaz de transmitir uma herança que deve ser resguardada para as futuras gerações. A proximidade de algumas comunidades dos locais mais propícios ao aparecimento de objetos arqueológicos fez a comercialização desses objetos a receptores de arte um negócio lucrativo. O tráfico de objetos arqueológicos constitui uma rede que possui diversos mediadores, sendo que raramente a pessoa que fez a extração ilegal tem contato com o colecionador e destinatário final. Dito isso, a educação patrimonial pode ser uma valiosa ferramenta na formação de jovens conscientes da dimensão da proteção material, o que garantirá a preservação futura dos bens arqueológicos e um trabalho de reeducação local, difundindo a ideia de uma justiça não apenas punitiva, mas restaurativa e indenizatória, na medida em que a mudança de atitude garantirá o direito à memória aos povos que foram saqueados.